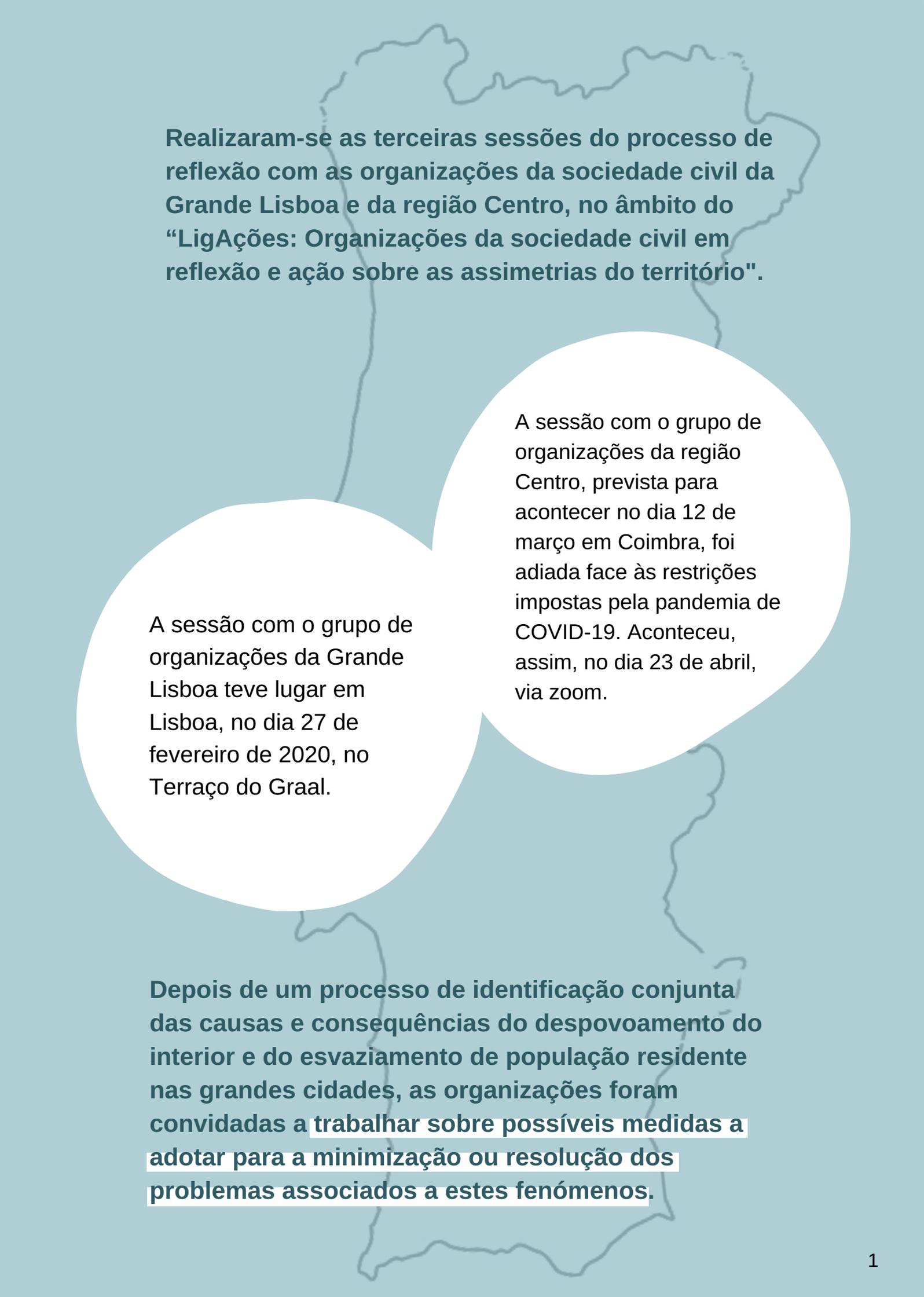


LigAções

MEMÓRIA DAS 3.^{as} SESSÕES DO PROCESSO DE REFLEXÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL



Realizaram-se as terceiras sessões do processo de reflexão com as organizações da sociedade civil da Grande Lisboa e da região Centro, no âmbito do “LigAções: Organizações da sociedade civil em reflexão e ação sobre as assimetrias do território”.

A sessão com o grupo de organizações da Grande Lisboa teve lugar em Lisboa, no dia 27 de fevereiro de 2020, no Terraço do Graal.

A sessão com o grupo de organizações da região Centro, prevista para acontecer no dia 12 de março em Coimbra, foi adiada face às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Aconteceu, assim, no dia 23 de abril, via zoom.

Depois de um processo de identificação conjunta das causas e consequências do despovoamento do interior e do esvaziamento de população residente nas grandes cidades, as organizações foram convidadas a **trabalhar sobre possíveis medidas a adotar para a minimização ou resolução dos problemas associados a estes fenómenos.**

SESSÃO COM ORGANIZAÇÕES DA

GRANDE LISBOA

Na reflexão em Lisboa, no dia 27 de fevereiro, estiveram presentes 17 pessoas, em representação de 14 organizações:

- \ Academia Cidadã
- \ AMRT - Associação para a Mudança e Representação
- \ Transcultural
- \ Associação Juvenil Ponte
- \ Banco de Tempo do Lumiar
- \ Centro de Convergência de Telheiras
- \ CriCity / Instituto Superior de Economia e Gestão
- \ Fábrica das Alternativas
- \ FGS
- \ Graal
- \ ICS - Instituto de Ciências Sociais
- \ Livraria +
- \ Moledo com vida
- \ Vizinhos da Areeiro
- \ Vizinhos de Arroios

APRESENTAÇÃO E (RE)ENCONTRO ENTRE PARTICIPANTES

A sessão iniciou-se com uma dinâmica de apresentação: a cada pessoa foi entregue uma tira de papel amarela e a todas foi pedido que escrevessem nela uma frase sobre aquilo que as move nas suas atividades, nos seus quotidianos, nas suas vidas.

De seguida, uma a uma, foram convidadas a dizer o seu nome, a organização de pertença e a partilhar o que escreveram no papel (cada tira de papel, simbolizando um raio de sol), colocado em torno de um círculo disposto no chão.



REFLEXÃO SOBRE MEDIDAS TRANSFORMADORAS

Depois de se apresentar o esquema síntese das causas e consequências da perda de habitantes no centro das grandes cidades, o grupo trabalhou sobre as medidas transformadoras identificadas na última sessão conjunta.

O grupo de participantes foi dividido em 3 sub-grupos. O exercício proposto consistiu em analisar as medidas propostas no II Encontro LigAções, respondendo a três questões:

- \ Que medidas estão em falta?
- \ Que medidas necessitam de esclarecimento / reformulação?
- \ Que medidas devem ser eliminadas?

De seguida, já em plenário, partilharam-se as reflexões e gerou-se o debate.

Nas linhas que se seguem apresenta-se o resultado deste processo.

MEDIDAS TRANSFORMADORAS

PARA PREVENIR / REVERTER A PERDA DE
HABITANTES NO CENTRO DAS GRANDES CIDADES

A \ HABITAÇÃO

A.1 \ AUMENTAR A OFERTA E OS RECURSOS PARA INVESTIMENTO NA HABITAÇÃO

- \ Promover a oferta e alargar o acesso à habitação pública.
- \ Aumentar o solo urbano municipal para habitação pública.
- \ Promover mais programas de renda acessível.
- \ Promover programas de apoio à habitação multifamiliar intergeracional.
- \ Fazer a atualização do levantamento do edificado devoluto da cidade e a requalificação do património público devoluto para habitação.
- \ Atribuir às operações imobiliárias de média e grande dimensão uma quota mínima (10%) para a habitação de renda acessível.
- \ Aumentar os benefícios fiscais para a construção cooperativa.

A.2 \ CONTROLAR OS CUSTOS DA HABITAÇÃO

- \ Indexar rendas aos salários/Indexar rendas ao salário mínimo, para agregados com baixo rendimento.
- \ Regular o licenciamento de alojamentos locais em toda a cidade, em função da população residencial em cada bairro.
- \ Introduzir medidas que combatam os devolutos privados (por exemplo, a subida o IMI, a expropriação, etc).
- \ Reduzir mais os impostos sobre o arrendamento para fins de habitação permanente, de modo a estimular a redução da utilização do edificado para fins de exploração turística.
- \ Avaliar o impacto no mercado habitacional de Vistos Gold e regular a sua atribuição.

A.3 \ REDUZIR VULNERABILIDADE

- \ Proibir os despejos sem alternativa de habitação.

A.4 \ MEDIDAS LEGISLATIVAS DE NATUREZA ESTRUTURAL

- \ Regulamentar a lei de bases da habitação.
- \ Definir a habitação como competência da União Europeia, de forma a permitir criar uma lei de base europeia tornando viável o acesso a fundos estruturais.
- \ Incluir a habitação no cálculo do coeficiente da taxa de inflação.

MEDIDAS TRANSFORMADORAS

PARA PROMOVER O DIREITO À CIDADE E O “BEM-VIVER”

B \ ADOTAR MÉTRICAS CAPAZES DE AFERIR NÍVEIS DE BEM-ESTAR E DE PROTEÇÃO DA NATUREZA, QUESTIONANDO A ABSOLUTIZAÇÃO DO PIB.

C \ ESPAÇOS PÚBLICOS

- \ Criar condições para que o espaço público seja mais acessível a todas as gerações.
- \ Maximizar a utilização dos espaços públicos, como por exemplo recreios, auditórios e salas de escolas para uso da comunidade.
- \ Disponibilizar espaços públicos destinados aos cidadãos e grupos comunitários.
- \ Reverter a privatização dos espaços públicos, como por exemplo esplanadas.
- \ Promover projetos comunitários de reabilitação e uso de espaços públicos.
- \ Aumentar os espaços verdes plantando árvores, hortas urbanas e jardins com a participação da comunidade.

D \ MOBILIDADE

- \ Fazer um diagnóstico de necessidades relativamente à mobilidade, de modo a averiguar as necessidades.
- \ Tornar os transportes públicos tendencialmente gratuitos.
- \ Aumentar a oferta de parques dissuasores junto às estações de metro e comboio.
- \ Adequar as vias a pessoas com mobilidade reduzida.
- \ Melhorar e aumentar a rede de transportes públicos, especificamente:
 - Unir as cidades satélite a Lisboa, por meio de ferrovia (metro ou comboio).
 - Tornar a rede de transportes mais densa e alargada nos centros das cidades e nas periferias, assegurando a mobilidade entre centro-periferias e periferias-periferias.
 - Aumentar a articulação dos diversos meios de transporte.
 - Melhorar a qualidade das infraestruturas.

E \ PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

E.1 \ PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA TOMADA DE DECISÃO

- \ Aumentar o recurso a ferramentas de democracia direta.
- \ Realizar maior e melhor divulgação das oportunidades de articulação com o poder local.
- \ Definir metas ambiciosas para o número de audiências entre os poderes locais e habitantes e a sua eficácia

E.2 \ PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE

- \ Criar espaços de aprofundamento da relação entre sociedade civil e Estado:
 - Promover a participação política da comunidade através de mecanismos de participação pública que cheguem até ao poder político e com peso efetivo na governação da cidade e no planeamento urbano, através de:
 - assembleias;
 - grupos locais;
 - debates;
 - mecanismos de participação pública que contemplem a opinião das crianças sobre a cidade;
 - criar a figura do “provedor de freguesia”.
- \ Promover mais a Educação para a Cidadania nas escolas e investir na capacitação para a participação cidadã, partindo do contributo das Juntas de Freguesia em parceria com as Organizações da Sociedade Civil.

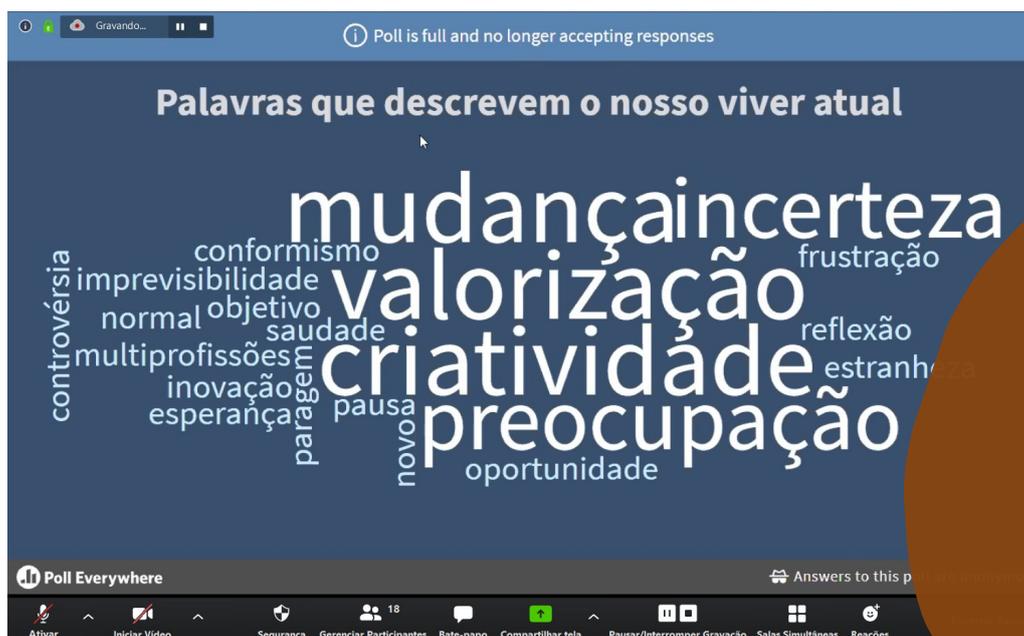
SESSÃO COM
ORGANIZAÇÕES DO

CENTRO DO PAÍS

Esta sessão realizada à distância, através da plataforma zoom, realizou-se no dia 23 de abril. Participaram 18 pessoas, em representação de 12 organizações:

- \ Graal
- \ FGS
- \ Banco de Tempo de Coimbra
- \ Amarelo Silvestre
- \ Casa da Esquina
- \ Casa do Sal
- \ Letras para a Vida
- \ Foge Comigo!
- \ Ativar Lousã
- \ Associação Amigos do Convento de Seiça
- \ Zero
- \ Caixa de Mitos

APRESENTAÇÃO E (RE)ENCONTRO ENTRE PARTICIPANTES



A sessão, realizada à distância durante o período de confinamento pelo Covid-19, começou com a construção de uma “nuvem de palavras”, formada, a partir das palavras escolhidas por cada participante para descrever a forma como estão a viver a situação de pandemia.

REFLEXÃO SOBRE MEDIDAS TRANSFORMADORAS

Foi apresentada uma representação gráfica onde se relacionam causas e consequências, identificadas em encontros anteriores, relativamente ao despovoamento do interior. De seguida, em pequenos grupos, analisaram-se as medidas transformadoras propostas no encontro anterior que foram debatidas, aprofundadas e melhoradas.

À semelhança do que foi proposto ao grupo das organizações da Grande Lisboa, os grupos foram convidados organizar o seu contributo em torno de três questões:

- \\ Que medidas estão em falta?
- \\ Que medidas necessitam de esclarecimento / reformulação?
- \\ Que medidas devem ser eliminadas?

De seguida, já em plenário, partilharam-se as reflexões e gerou-se o debate.

Nas linhas que se seguem apresenta-se o resultado deste processo.

MEDIDAS TRANSFORMADORAS

PARA PREVENIR/REVERTER A PERDA DE HABITANTES
DAS ZONAS DE BAIXA DENSIDADE E GARANTIR O
DIREITO AO BEM-VIVER

A \ ECONOMIA E EMPREGO

A.1 \ CAPACIDADES PRODUTIVAS DO TERRITÓRIO

A.1.1 \ propostas relativas ao setor primário

- \ Desenvolver e implementar políticas públicas de apoio e incentivo ao emparcelamento que facilitem as trocas dos terrenos, do ponto de vista administrativo e fiscal, reduzindo os custos associados.
- \ Trabalhar os dados de cadastro dos terrenos já realizado
- \ Disponibilizar terrenos municipais para cultivo (bolsas de terras)

A.1.2 \ propostas para todos os setores

- \ Aumentar os benefícios fiscais atribuídos às empresas sediadas em regiões de baixa densidade populacional
- \ Simplificar a fiscalidade e o acesso a apoios financeiros para os micro e pequenos produtores/as
- \ Assegurar a qualidade e o acesso a serviços básicos de comunicação (internet, ctt, serviços de voz, etc.) fundamentais para garantir fixação das empresas e a possibilidade de trabalho à distância, revertendo a privatização destes serviços.
- \ Garantir que a gestão dos fundos destinados ao desenvolvimento rural seja efetuada pelo menos à escala intermunicipal, adaptando-se à especificidade de cada região

A.2 \ ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO LOCAL

- \ Promover modelos colaborativos e cooperativos de produtores para conseguirem obter escala, potenciando as possibilidades de comercialização dos seus produtos.
- \ Facilitar o processo de constituição de associações/cooperativas.
- \ Criar estruturas que apoiem pequenos produtores e as suas cooperativas/associações, na procura de soluções técnicas, no garante da qualidade dos produtos, no acesso a instrumentos de apoio financeiro destinados ao desenvolvimento rural, na organização da comercialização e no marketing dos seus produtos.
- \ Aumentar as aquisições, por parte das entidades públicas, de serviços e produtos locais fornecidos por pequenas e médias empresas (por exemplo, abastecimento agroalimentar de hospitais, cantinas escolares, etc.).

...

...

- \ Priorizar, nas obras e aquisições públicas, a utilização de matérias primas/produtos provenientes do interior (ex: a madeira poderia ser utilizada nas faixas de proteção nas auto-estradas; em mobiliário; etc.).
- \ Desenvolver medidas de política de apoio aos circuitos curtos.
- \ Apoiar e divulgar experiências que ligam quem produz a quem consome.
- \ Desenvolver iniciativas de sensibilização/educação para o consumo que promovam a tomada de consciência da mais-valia dos circuitos curtos (em termos ecológicos, de saúde e segurança alimentar, de desenvolvimento da economia local, etc.).
- \ Valorizar, visibilizar e promover os produtos locais através de campanhas de marketing.

B \ SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

- \ Criar uma rede de transportes coletivos municipais e intermunicipais adequada às necessidades das pessoas, melhorando a gestão de recursos (horários e circuitos).
- \ Criar equipas itinerantes de prestação de serviços de interesse geral (carrinhas itinerantes de serviço casa a casa e multifunções com: multibanco, ctt, acompanhamento social, pequenas reparações, apoio médico e psicológico, biblioteca, teatro..).
- \ Garantir a cobertura de serviços sociais e educativos de apoio a idosos, crianças, pessoas portadoras de deficiência, pessoas vulneráveis, etc.
- \ Garantir o acesso a serviços básicos de comunicação (internet, ctt, serviços de voz, televisão).
- \ Garantir que todas as pessoas têm acesso a infraestruturas de saneamento básico, de abastecimento de água e de gestão de resíduos, embora a rede de saneamento já esteja relativamente presente em quase todo o território.

C \ REPRESENTAÇÕES

- \ Investir na criação de contextos educativos que questionem visões depreciativas do interior, destinados a pessoas de todas as idades.
- \ Incentivar discursos positivos sobre interior e dar visibilidade às iniciativas e projetos que ali ganham vida e divulgando vantagens de viver no interior.

D \ ACOLHIMENTO

\ Promover políticas de acolhimento e integração pró-ativas para quem vem habitar o interior.

E \ ATIVIDADE CULTURAL

\ Criar “casas da cultura” que unam comunidades em torno das artes; espaços abertos que contam com o contributo da população (incluindo as crianças) na sua programação cultural.

\ Assegurar que, em que todos os concelhos, existe um dinamizador cultural que apoie iniciativas já existentes, festas tradicionais por exemplo, evitando que estas iniciativas se extingam e criando condições para que ganhem escala, projeção e se tornem mais atrativas para pessoas exteriores à comunidade.

\ Redução da carga burocrática associada aos concursos/apoios à cultura e criação de um gabinete de apoio à estruturação de projetos culturais, viabilizando-se a ação de determinados coletivos (grupos de teatro amador, filarmónicas, associações locais) pouco familiarizados com os mecanismos e linguagem dos concursos.

F \ HABITAÇÃO

\ Conceder apoios e incentivos ao arrendamento.

\ Legislar de modo a reduzir imóveis abandonados.

Foram encontros participados e enriquecedores.

Os dois coletivos de organizações identificaram um conjunto alargado de medidas capazes de contribuir para reverter processos de despovoamento de zonas de baixa densidade populacional e do centro das grandes cidades.

PRÓXIMOS PASSOS

Prevê-se agora que a partilha entre os dois coletivos das suas perspectivas e propostas avance, colaborativamente, para a elaboração de um documento coletivo.

Devido à pandemia da COVID-19 será necessário recalendarizar algumas das atividades do LigAções, desde logo o encontro residencial previsto para 22 e 23 de maio, que idealizamos agora para setembro. Estaremos em contacto para definirmos novas datas e outras formas de comunicar durante tempo em que se desaconselha a proximidade entre as pessoas.